



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROFESSOR EDGARD SANTOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Rua Doutor Augusto Viana, s/nº - Bairro Canela

Salvador-BA, CEP 40110-060

- <http://hupes.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23534.001080/2024-73

TERMO DE REFERÊNCIA

COMPRA DE BENS P/ CHAMAMENTO PÚBLICO

(Art. 79, Inc. IV, do RLCE 2.0)

AQUISIÇÃO DE ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS - OPME, NECESSÁRIOS AOS PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS DE ALTA COMPLEXIDADE DE ORTOPEDIA (COLUNA) E DE BUCOMAXILO, EM REGIME DE CONSIGNAÇÃO, COM CESSÃO GRATUITA DE EQUIPAMENTOS / INSTRUMENTAIS FRACASSADOS NOS PREGÕES Nº 34/2023 E Nº 22/2023

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (ART. 35, INCISO I, DO RLCE 2.0)

1.1. Constitui o objeto do presente termo a Aquisição de **ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS - OPME, NECESSÁRIOS AOS PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS DE ALTA COMPLEXIDADE DE ORTOPEDIA (COLUNA) E DE BUCOMAXILO, EM REGIME DE CONSIGNAÇÃO, COM CESSÃO GRATUITA DE EQUIPAMENTOS / INSTRUMENTAIS**, a fim de atender as necessidades do Hospital Universitário Prof. Edgard Santos (HUPES), pertencente à Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, conforme especificações e demais condições estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os insumos objeto da aquisição estão de acordo com as especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais – CATMAT do SIASG.

1.3. Havendo divergência entre o descritivo e especificações constantes do CATMAT, no Aviso de Contratação Direta divulgado através do Portal de Compras do Governo Federal, e o descritivo e as especificações técnicas detalhadas neste Termo de referência, prevalecem estas últimas.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL (ART. 35, INCISO II, DO RLCE 2.0)

2.1. Fundamentação legal e normativa:

2.1.1. [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#) - O Art. 7º, XXXIII, que prevê proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; Art. 37 trata dos princípios entre outros fatores que devem ser observados pela Administração pública direta e indireta;

2.1.2. [Lei nº 6.360](#), de 23 de setembro de 1976 - Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências;

2.1.3. [Lei nº 8.078](#), de 11 de setembro de 1990 - Código de defesa do consumidor;

2.1.4. [Lei nº 12.527](#), de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;

2.1.5. [Lei nº 12.550](#), de 15 de dezembro de 2011 - Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH;

2.1.6. [Lei nº 13.303](#), de 30 de junho de 2016 - Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias;

2.1.7. [Lei Complementar nº 123](#), de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

2.1.8. [Decreto nº 8.538](#), de 06 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

2.1.9. [Decreto nº 8.945](#), de 27 de dezembro de 2016 - Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016;

2.1.10. [Decreto nº 11.462](#), de 31 de março de 2023 - Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

2.1.11. [Instrução Normativa nº 01](#), de 19 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

2.1.12. [Instrução Normativa nº 03](#), de 26 de abril de 2018 - Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal;

2.1.13. [Norma - SEI nº 2/2019/DAI-EBSEH](#), de 13 de Setembro de 2019 - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens, contratação de serviços em geral, bem como alterações contratuais;

2.1.14. [Norma Operacional-SEI nº 2/2021/SL/CAD/DAI-EBSEH](#) (Documento SEI nº 13520109) - Dispõe sobre a apuração de irregularidades e aplicação de sanções a licitantes no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh;

2.1.15. [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União 6ª edição, revista, atualizada, ampliada e publicada em setembro de 2023](#)

2.1.16. [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#), aprovado em 28/04/2022, que regulamenta as licitações e contratos para aquisição de bens e serviços pela EBSEH, e dá outras providências.;

2.1.17. [Política de Proteção de Dados Pessoais da Ebserh](#);

2.1.18. [Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh](#);

2.1.19. [Nota Técnica - SEI nº 15/2022/SGE/CGS/DAI-EBSEH](#) (Documento SEI nº 23110063) - Gestão de Almoxarifado: Recebimento de Materiais de Consumo.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO (ART. 35, INCISO II, DO RLCE 2.0)

3.1. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh foi criada por meio da [Lei nº 12.550](#), de 15 de dezembro de 2011, como uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação - MEC, com a finalidade de prestar serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como prestar às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública.

3.2. Os hospitais da Rede Ebserh exercem a função de centros de referência de média e alta complexidade para o Sistema Único de Saúde - SUS desempenhando um papel de destaque para a sociedade. Visando cumprir seu dever de prestar serviços de assistência à saúde de forma integral e exclusivamente inseridos no âmbito do SUS, sendo a Rede Ebserh a maior rede de hospitais públicos do Brasil, cuja suas atividades unem dois dos maiores desafios do país, educação e saúde, melhorando a qualidade de vida de milhões de brasileiros, por meio da atuação de uma rede que inclui a Administração Central da empresa e 41 Hospitais Universitários Federais - HUFs, apoiando e impulsionando suas atividades por meio de uma gestão de excelência. Sendo hospitais vinculados a universidades federais, essas unidades têm características específicas: além de atender por meio do SUS, primordialmente apoiam a formação de profissionais de saúde e o desenvolvimento de pesquisas.

3.3. O Hospital Universitário Professor Edgard Santos (HUPES) é vinculado à Universidade Federal da Bahia e pertence a Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, onde atua para prestar assistência médica de média e alta complexidade aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS no estado, observando a sua contratualização de serviços junto aos gestores de saúde. Destaca-se que em função de possuir um perfil diferenciado não dispõe de unidade para atendimento de emergência.

3.4. Adicionalmente, pode-se afirmar que o objeto da contratação contempla insumos estratégicos de suporte às ações de saúde, garantindo a realização de procedimentos terapêuticos como parte essencial do cuidado e processo de tratamento de diversos agravos à saúde, de forma eficiente e segura para o paciente, cuja falta pode significar interrupções de tratamentos, o que comprometeria o atendimento e a qualidade de vida destes, além de impedir o cumprimento da missão institucional do HUPES.

3.5. Destaca-se que a falta desses insumos torna a assistência hospitalar aos pacientes inviável, portanto, sendo a aquisição desses materiais imprescindíveis para a continuidade da prestação de serviço aos usuários deste nosocômio.

3.6. Não obstante, a utilização da dispensa de licitação é necessária para a aquisição em tela, por tratar-se de materiais médicos hospitalares padronizados no Hospital Universitário Professor Edgard Santos (HUPES), mas especificamente de **ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS - OPME, NECESSÁRIOS AOS PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS DE ALTA COMPLEXIDADE DE ORTOPEdia (COLUNA) E DE BUCOMAXILO, EM REGIME DE CONSIGNAÇÃO, COM CESSÃO GRATUITA DE EQUIPAMENTOS / INSTRUMENTAIS** que foram fracassados nos processos licitatórios recentes - **PREGÃO Nº 34/2023 (PROCESSO SEI Nº 23534.002712/2023-35) e PREGÃO Nº 22/2023 (PROCESSO SEI Nº 23534.006293/2022-20)**, estando em conformidade com o Art. 79, Inciso IV do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

4. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (ART. 35, INCISO III, DO RLCE 2.0)**

4.1. Os itens apresentados neste instrumento caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente ofertados no mercado e facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir objetivamente uma decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

4.2. Trata-se da Contratação Direta, por meio de Dispensa de Licitação, através de Chamamento Público para aquisição de insumos médicos hospitalares padronizados neste nosocômio e /ou Catálogo Padronizado de Produtos para Saúde da Rede Ebserh, mas especificamente de **ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS - OPME, NECESSÁRIOS AOS PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS DE ALTA COMPLEXIDADE DE ORTOPEdia (COLUNA) E DE BUCOMAXILO, EM REGIME DE CONSIGNAÇÃO, COM CESSÃO GRATUITA DE EQUIPAMENTOS / INSTRUMENTAIS**, com o objetivo de atender a demanda pontual do Hospital Universitário Professor Edgard Santos (HUPES), visando manter o pleno funcionamento das atividades organizacionais e cumprir com a missão de promover, de forma integrada, o ensino, a pesquisa, a extensão e a assistência aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

4.3. Desta forma, tendo o objeto desta aquisição um mercado com características restritas quanto seus fornecedores e suas particularidades no que tange a consignação dos materiais, o procedimento de aquisição será conduzido mediante chamamento público, nos termos do Art. 29, Inc. IV, da Lei 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelo Art. 79, Inc. IV, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EBSEH - RLCE 2.0, usando o critério de julgamento de menor preço unitário.

4.4. A completa descrição da solução, foi extraída dos estudos técnicos preliminares, com eventuais atualizações decorrentes do seu amadurecimento.

4.5. A descrição detalhada dos itens constam na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Descrição detalhada dos itens

ITENS FRACASSADOS NOS PREGÕES nº 34/2023 E nº 22/2023

| ITEM | CÓD SUS | COD.AGHU | CATMAT | DESCRIPTIVO | UNIDADE DE FORNECIMENTO | PARTICIPAÇÃO | QTD |
|---|-------------|----------|--------|--|-------------------------|--------------------|-----|
| GRUPO 1 - ARTRODESE CERVICAL ANTERIOR | | | | | | | |
| 1 | 070205045-8 | 54427 | 444639 | PLACA CERVICAL ASSOCIÁVEL A PARAFUSOS INTRA-SOMATICOS DE TITANIO - CÓD. SUS: 070205045-8 >> SISTEMA FIXAÇÃO COLUNA VERTEBRAL, COMPONENTE: PLACA CERVICAL ANTERIOR, MATERIAL: TITÂNIO, MODELO: COM CURVA LORDÓTICA, APLICAÇÃO: 1 A 5 SEGMENTOS, COM FUROS PARA ALOJAR OS PARAFUSOS CERVICAIS E SISTEMA DE TRAVAMENTO DOS PARAFUSOS CERVICAIS. DIÂMETROS DIVERSOS. DISPONIBILIZAR CAIXAS DE IMPLANTES COMPLETAS, COM TODOS OS TAMANHOS DO CATÁLOGO, JUNTAMENTE COM CAIXA DE INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS PERTINENTES AO PROCEDIMENTO. | UNIDADE | Ampla Concorrência | 20 |
| 2 | 070205040-7 | 52788 | 436623 | PARAFUSO DE TITÂNIO ASSOCIÁVEL A PLACA CERVICAL - CÓD. SUS: 070205040-7 >> PARAFUSO ORTOPEDICO DE TITÂNIO, CERVICAL, FIXAÇÃO RÍGIDA, CORTICAL, ROSCA TOTAL, AUTOROSQUEANTE, COM CABEÇA, NÃO ESTÉRIL, COMPATÍVEL COM A PLACA CERVICAL, MEDINDO 4,0 a 4,5 mm. DISPONIBILIZAR CAIXAS DE IMPLANTES COMPLETAS, COM TODOS OS TAMANHOS DO CATÁLOGO, JUNTAMENTE COM CAIXA DE INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS PERTINENTES AO PROCEDIMENTO. | UNIDADE | Ampla Concorrência | 100 |
| 3 | 070205015-6 | 52790 | 441951 | DISPOSITIVO INTERSOMÁTICO DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇO INTERVERTEBRAL - CÓD. SUS: 07.02.05.015-6 >> CAGE - DISPOSITIVO PARA FUSÃO INTERSOMÁTICA, MATERIAL: PEEK, TIPO CUNHA, INDICAÇÃO:CERVICAL, ACESSO CIRÚRGICO VIA ANTERIOR, ÂNGULO LORDÓTICO:COM ANGULAÇÃO LORDÓTICA, MODELO CESTA FIXA, USO ÚNICO, ESTÉRIL, APRESENTAÇÃO:EMBALAGEM INDIVIDUAL. DISPONIBILIZAR CAIXAS DE IMPLANTES COMPLETAS, COM TODOS OS TAMANHOS DO CATÁLOGO, JUNTAMENTE COM CAIXA DE INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS PERTINENTES AO PROCEDIMENTO. | UNIDADE | Ampla Concorrência | 30 |
| GRUPO 2 - ARTRODESE OCCIPITO-CERVICAL POSTERIOR | | | | | | | |
| 4 | 070203126-7 | 52704 | 438936 | SISTEMA DE FIXACAO OCCIPITO-CERVICAL ASSOCIADO A PARAFUSO GANCHO E FIO - CÓD. SUS: 070203126-7 >> SISTEMA FIXAÇÃO OCCIPITO-CERVICAL, COMPONENTE: HASTE OU PLACA-HASTE OCCIPITAL, MODELO: BARRA LONGITUDINAL, MATERIAL: TITÂNIO. DISPONIBILIZAR CAIXAS DE IMPLANTES COMPLETAS, COM TODOS OS TAMANHOS DO CATÁLOGO, JUNTAMENTE COM CAIXA DE INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS PERTINENTES AO PROCEDIMENTO. | UNIDADE | Ampla Concorrência | 4 |
| 5 | 070205040-7 | 404326 | 436623 | PARAFUSO DE TITÂNIO ASSOCIÁVEL A PLACA CERVICAL - CÓD. SUS: 070205040-7 >> PARAFUSO ORTOPEDICO DE TITÂNIO, CERVICAL, FIXAÇÃO RÍGIDA, CORTICAL, ROSCA TOTAL, AUTOROSQUEANTE, COM CABEÇA, | UNIDADE | Ampla Concorrência | 20 |

| | | | | | | | |
|----------------------------|----------------------------|--------|--------|--|---------|--------------------|-----|
| | | | | NÃO ESTÉRIL PARA ARTRODESE CERVICAL / CERVICO-TORÁCICA POSTERIOR. DISPONIBILIZAR CAIXAS DE IMPLANTES COMPLETAS, COM TODOS OS TAMANHOS DO CATÁLOGO, JUNTAMENTE COM CAIXA DE INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS PERTINENTES AO PROCEDIMENTO. | | | |
| 6 | 070205082-2 | 402370 | 439749 | DISPOSITIVO PEDICULAR PARA FIXAÇÃO DE HASTE (INCLUI BLOQUEADOR) CÓD. SUS 070205082-2 >> SISTEMA FIXAÇÃO COLUNA VERTEBRAL VIA POSTERIOR, EM TITÂNIO, COMPONENTE: PARAFUSO PEDICULAR POLIAXIAL E MONOAXIAL, COM BLOQUEADOR, PARA ARTRODESE OCCIPITO-CERVICAL. DISPONIBILIZAR CAIXAS DE IMPLANTES COMPLETAS, COM TODOS OS TAMANHOS DO CATÁLOGO, JUNTAMENTE COM CAIXA DE INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS PERTINENTES AO PROCEDIMENTO. | UNIDADE | Ampla Concorrência | 20 |
| GRUPO 3 - BUCOMAXILOFACIAL | | | | | | | |
| 7 | 070205047-4 | 12438 | 448688 | PLACA DE RECONSTRUCAO EM TITANIO P/ FRATURA DE MANDIBULA (INCLUI PARAFUSOS) - CÓD. SUS 070205047-4 >> PLACA ORTOPÉDICA P, MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, TIPO: RECONSTRUÇÃO, COM PARAFUSOS NOS TAMANHOS 2.4 E/OU 2.7. OPÇÕES DE QUANTIDADE DE FUROS VARIADAS. FORMATOS: ORBITAL, ANGULADA E RETA, FIXAÇÃO RÍGIDA. DISPONIBILIZAR CAIXAS DE IMPLANTES COMPLETAS, COM TODOS OS TAMANHOS DO CATÁLOGO, JUNTAMENTE COM CAIXA DE INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS PERTINENTES AO PROCEDIMENTO. | UNIDADE | Ampla Concorrência | 48 |
| 8 | 070205048-2 | 12420 | 434779 | PLACA DE TITÂNIO SISTEMA MINI/MICROFRAGMENTOS (INCLUI PARAFUSOS) - CÓD. SUS 070205048-2 >> PLACA ORTOPÉDICA P, MINI E MICRO FRAGMENTOS, MATERIAL: TITÂNIO, COM PARAFUSOS AUTOPERFURANTES 1.5 E 2.0. OPÇÕES DE QUANTIDADE DE FUROS VARIADAS. FORMATOS: EM X, Y, H, L, T, Z, RETA, ORBITAL, ANGULADA, FIXAÇÃO RÍGIDA. DISPONIBILIZAR CAIXAS DE IMPLANTES COMPLETAS, COM TODOS OS TAMANHOS DO CATÁLOGO, JUNTAMENTE COM CAIXA DE INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS PERTINENTES AO PROCEDIMENTO. | UNIDADE | Ampla Concorrência | 240 |
| ITENS AVULSOS | | | | | | | |
| 9 | 070205022-9 070205023-7 | 12460 | 439146 | GANCHO LAMINAR - CÓD. SUS 070205022-9 E 070205023-7 >> SISTEMA FIXAÇÃO COLUNA VERTEBRAL VIA POSTERIOR, COMPONENTE: GANCHO LAMINAR, (INFERIOR DE DISTRAÇÃO E SUPERIOR DE DISTRAÇÃO) PARA TRATAMENTO CIRÚRGICO DE DEFORMIDADE DA COLUNA VIA ANTERO POSTERIOR, MATERIAL: TITÂNIO. DISPONIBILIZAR CAIXAS DE IMPLANTES COMPLETAS, COM TODOS OS TAMANHOS DO CATÁLOGO, JUNTAMENTE COM CAIXA DE INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS PERTINENTES AO PROCEDIMENTO. | UNIDADE | Ampla Concorrência | 24 |
| 10 | 070205015-6 | 54429 | 441956 | DISPOSITIVO INTERSOMÁTICO DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇO INTERVERTEBRAL - CÓD. SUS: 07.02.05.015-6 >> CAGE - DISPOSITIVO PARA FUSÃO INTERSOMÁTICA, MATERIAL: PEEK, TIPO CUNHA, INDICAÇÃO: TÓRACO-LOMBAR, ACESSO CIRÚRGICO: XLIF - VIA LATERAL, POSTERIOR E POSTERO LATERAL, ÂNGULO LORDÓTICO: COM E SEM ANGULAÇÃO LORDÓTICA, USO:USO ÚNICO, NÃO ESTÉRIL, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL. DISPONIBILIZAR CAIXAS DE IMPLANTES COMPLETAS, COM TODOS OS TAMANHOS DO CATÁLOGO, JUNTAMENTE COM CAIXA DE INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS PERTINENTES AO PROCEDIMENTO. | UNIDADE | Ampla Concorrência | 12 |
| 11 | 070201023-5 | 12330 | 405376 | CLIP DE TITÂNIO PARA NEUROCIRURGIA (PERMANENTE) - CÓD.SUS: 070201023-5 >> CLIP DE ANEURISMA CEREBRAL, DE TITÂNIO, TIPO PERMANENTE, PARA NEUROCIRURGIA UTILIZADO EM NEUROGIRURGIA DIVERSOS TIPOS: ESPECIAL BAIONETA, STANDARD RETO, ESPECIAL, FENESTRADO, STANDARD CURVO, STANDARD FENESTRADO, STANDARD SEMI CURVO, STANDARD ÂNGULO BASE, MINICLIP MINI RETO, MINICLIP MINI SEMI CURVO, CLIP SOBREFORÇA. DIVERSOS TAMANHOS: 2,7MM A 25MM. CURVAS DIVERSAS CURVAS: 20º A 90º, SUPERFÍCIE ATRAUMÁTICA, ESTERILIDADE ESTÉRIL, USO ÚNICO. DISPONIBILIZAR TODOS OS MODELOS DO CATÁLOGO. O FORNECEDOR DEVERÁ FORNECER PINÇA PARA APLICAÇÃO E BANDEJA COM MÚLTIPLOS TIPOS DE CLIP PARA ESCOLHA NO MOMENTO DO PROCEDIMENTO. | UNIDADE | Ampla Concorrência | 70 |

4.6. **A CONTRATADA DEVERÁ, NA OCASIÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO (SE APLICA A TODOS OS GRUPOS E ITENS AVULSOS):**

4.6.1. Fornecer em regime de comodato, para os procedimentos de Coluna: caixa básica com instrumentais de apoio necessários aos procedimentos da Tabela 1, sem qualquer custo para administração.

4.6.2. Fornecer em regime de comodato, para os procedimentos de Bucomaxilo: motor cirúrgico e peças de mão sem qualquer custo para administração.

4.6.3. Fornecer em regime de consignação, grade completa dos implantes, de placas e parafusos ortopédicos, com todos os tamanhos do catálogo, dos itens registrados em ata, conforme o procedimento cirúrgico a ser realizado.

4.6.4. Disponibilizar 1 instrumentador cirúrgico por cirurgia agendada, para acompanhar e registrar o consumo das próteses, sem qualquer custo para administração.

4.6.5. Realizar a troca dos instrumentos cirúrgicos e equipamentos fornecidos em regime de comodato, em caso de defeito, em tempo hábil para realização do procedimento.

4.6.6. Demais condições para o fornecimento dos materiais estão previstas no item 7.4 deste Termo de Referência.

5. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 35, INCISO IV, DO RLCE 2.0)**

5.1. **Habilitação - Qualificação Técnica:**

5.1.1. Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE, expedida pela Anvisa, do fabricante ou importador, obtida mediante consulta ao Portal da Anvisa;

- 5.1.2. Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento ou Licença Sanitária Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, emitida pela Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, da sede da empresa interessada;
- 5.1.3. Certificado de Registro válido do produto ofertado, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, ou publicação do registro no Diário Oficial da União;
- 5.1.3.1. Estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do artigo 12 da **Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976**.
- 5.1.3.2. A não apresentação do registro ou do protocolo do pedido de revalidação implicará na desclassificação do item cotado.
- 5.1.3.3. Comprovação da dispensa do registro do produto na Anvisa, conforme o caso.
- 5.1.3.4. Ficará a cargo da empresa interessada provar que o produto objeto da contratação não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária.
- 5.1.3.5. Os Registros, Declarações de Notificação Simplificada e Certificados de Dispensa de Registro deverão ser identificados com o número do item a que se referem, em ordem crescente, a fim de facilitar a análise.

5.2. **Proposta:**

5.2.1. Durante o pregão eletrônico, a Contratada deverá enviar sua proposta contendo as seguintes informações:

- Fator embalagem dos materiais contratados, especificando a quantidade de unidades por embalagem;
- Marca, fabricante e rótulo, quando aplicável;
- Prazo de validade;
- Registro na Anvisa conforme Habilitação - Qualificação Técnica;
- Catálogo com imagem e descritivo do item ofertado.

5.2.2. Deverão constar na(s) proposta(s) os dados bancários das empresas como: conta corrente, agência, banco, cidade e os dados do representante legal da empresa, caso os mesmos ainda não tenham sido oportunamente informados a título de atualização/informação, junto ao Cadastro de fornecedores da Ebserh. Na falta de tal informação, a Administração poderá solicitá-la em outro momento.

5.2.3. O CNPJ indicado nos documentos e na(s) proposta(s) de preços deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação e a respectiva Fatura/Nota Fiscal.

5.2.4. Nos preços cotados dos materiais deverão estar inclusos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte (carga e descarga), mão de obra e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

6. **REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO (ART. 35, INCISO V, DO RLCE 2.0)**

6.1. O pedido de entrega será formalizado através do envio da Nota de Empenho, por Ordem de Fornecimento e/ou Informe de Cirurgia.

6.2. Após o recebimento da Nota de Empenho / Ordem de Fornecimento e/ou Informe de Cirurgia, o fornecedor deverá enviar a previsão de entrega dos insumos em até 12 horas para para o endereço eletrônico opme.hupes@ebserh.gov.br, contendo

- Número do Documento Fiscal;
- Data de emissão do Documento Fiscal;
- Data prevista para entrega.

6.3. Do local de entrega dos produtos:

6.3.1. A entrega do(s) insumo(s) deverá ser feita ou enviada para o seguinte endereço:

| UASG | INSTITUIÇÃO | ENDEREÇO | CONTATO | HORÁRIO |
|--------|---|--|--|---|
| 155907 | HOSPITAL UNIVERSITARIO PROF. EDGARD SANTOS UNIDADE DE ALMOXARIFADO E CONTROLE DE ESTOQUES (UACE) | R. Dr. Augusto Viana, s/n - Canela, Salvador - BA, 40110-060 | (71) 3646-3407 opme.hupes@ebserh.gov.br | segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 16h30 |

6.3.2. A entrega do objeto deverá ser realizada conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado do respectivo documento fiscal, no qual constarão as indicações referentes a descrição detalhada do objeto, marca, fabricante, modelo, lote, procedência e prazo de garantia ou validade, no que couber.

6.4. Do prazo de entrega dos produtos:

6.4.1. O prazo máximo de entrega da primeira remessa de insumos consignados será **de até 10 (dez dias úteis)**, improrrogáveis, contado após o envio da Nota de Empenho / Ordem de Fornecimento.

6.4.2. Na impossibilidade de atender ao disposto no subitem 5.4.1 deste Termo de Referência, os itens consignados deverão ser entregues **até 11:00 do dia anterior ao do procedimento**.

6.4.3. A forma de fornecimento está detalhada no Item 7 deste Termo de Referência, que versa sobre o Modelo de Execução do Objeto.

7. **NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE (ART. 35, INCISO VI, DO RLCE 2.0)**

7.1. A formalização da avença será realizada através da emissão de Nota de Empenho em substituição ao Termo de Contrato, por se tratarem de despesas de pronta entrega e pagamento de que não resultam obrigações futuras, além de ser prática comum de mercado, nos termos no Art. 152, § 1º do RLCE 2.0.

8. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO DO CONTRATO (ART. 35, INCISO VII, DO RLCE 2.0)**

8.1. **Emissão de Nota de Empenho / Ordem de Fornecimento:**

8.1.1. A Nota de Empenho será enviada para o e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que constitui o registro cadastral do Poder Executivo Federal e é mantido pelos órgãos e entidades que compõem o Sistema de Serviços Gerais – SISG (Decretos nº 1.094, de 23 de março de 1994 e nº 4.485, de 25 de novembro de 2002), ou no e-mail indicado na proposta apresentada.

8.2. **O produto a ser adquirido deverá atender às especificações definidas neste Termo de Referência.**

8.3. **Condições de entrega:**

8.3.1. Os itens consignados deverão ser acompanhados de Nota Fiscal de Simples Remessa ou Remessa em Consignação, que deverá conter, além dos itens obrigatórios pela legislação vigente, o número da Ordem de Fornecimento, além de informações como: marca, nome do fabricante, número do lote, data de validade e a quantidade correspondente a cada lote.

8.3.2. Os materiais, objeto deste Aviso de Contratação Direta, devem ser acondicionados em embalagem que garanta a integridade do produto e de fácil manuseio. Deverá constar na embalagem dos materiais: descrição do fabricante e fornecedor, prazo de validade, lote, marca, modelo, procedência, prazo de garantia ou validade, nº do registro no Ministério da Saúde.

8.3.3. As placas, parafusos e instrumentais devem estar organizadas e acondicionados em caixas cirúrgicas adequadas, devidamente identificadas garantindo a integridade do produto e fácil manuseio.

8.3.4. Não serão recebidos materiais que apresentarem, nas embalagens, sinais de violação e/ou variação na estrutura, umidade, inadequação em relação ao conteúdo.

- 8.3.5. Os materiais recebidos estarão sujeito a análise extemporânea e cancelamento da aquisição com vistas a ações de tecnovigilância realizadas pela Rede Ebserh em quaisquer de suas Unidades Hospitalares.
- 8.3.6. São de responsabilidade da Contratada as condições de conservação dos insumos entregues, abrangendo inclusive resistência das embalagens, data de validade, temperaturas exigidas, presença de sujidade, material estranho e insetos.
- 8.3.7. Os materiais que se deteriorarem ou perderem suas características durante a validade ou vida útil, desde que em condições normais de estocagem, uso e/ou manuseio, deverão ser trocados no prazo determinado pelas unidades hospitalares contados da comunicação formal da Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoques.
- 8.3.8. O armazenamento e o transporte dos insumos deverão atender às especificações técnicas (temperatura, calor, umidade, luz) determinadas pelo fabricante.
- 8.3.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 8.3.10. Notas fiscais e vales de consignação deverão ser enviadas para o e-mail opme.hupes@ebserh.gov.br.
- 8.4. **Condições de entrega do itens consignados:**
- 8.4.1. A CONSIGNAÇÃO é definida como um empréstimo de material cirúrgico ou implante pela empresa a uma determinada instituição de saúde para um procedimento cirúrgico. Ainda, pode ser entendida com a entrega de produtos, a título de precário, para serem vendidos no momento de necessidade do paciente. Fazer a gestão de material hospitalar consignado é uma responsabilidade que exige organização e disciplina do Fiscal de Contrato designado. Essa tarefa, quando bem executada, diminui os custos da instituição e garante o item sempre em estoque para atendimento imediato do paciente.
- 8.4.2. Tendo em vista a especificidade dos procedimentos realizados que demanda o uso do objeto deste certame, dada a complexidade e a necessidade de atendimento no menor prazo possível como determinante para a saúde do paciente, há necessidade de CONSIGNAÇÃO dos itens da Tabela 1.
- 8.4.3. **Os itens deverão ser entregues e mantidos no almoxarifado do hospital, inicialmente em regime de consignação, sujeitos a reposição, de acordo com a necessidade do hospital. Não sendo possível, atentar-se ao subitem 7.4.4.**
- 8.4.3.1. A entrega dos equipamentos e dos produtos ocorrerá com prazo não superior a 10 (dez) dias corridos, contados do envio da Nota de Empenho / Ordem de Fornecimento;
- 8.4.3.2. O fornecedor deverá disponibilizar, em regime de CONSIGNAÇÃO, a grade completa dos itens conforme catálogo;
- 8.4.3.3. O fornecedor deverá manter no almoxarifado 2 (duas) unidades de cada tamanho do catálogo.
- 8.4.3.4. A quantidade de itens a ser mantida no almoxarifado poderá ser alterada conforme necessidade do hospital.
- 8.4.3.5. A reposição ocorrerá à medida que os itens forem sendo utilizados e deverá ocorrer em até 10 dias corridos após solicitação da Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoques.
- 8.4.3.6. Materiais que precisam ser esterilizados precisam ser entregues até 11:00h da manhã do dia anterior ao do procedimento.
- 8.4.4. **Na impossibilidade de atender ao disposto no subitem 7.4.3 deste Termo de Referência, os itens da Tabela 1 deverão ser entregues até 11:00 do dia anterior ao do procedimento:**
- 8.4.4.1. A contratada será comunicada sobre a necessidade de entrega/reposição do objeto, com antecedência mínima de 36 horas quanto à data do procedimento (com exceção dos procedimentos de urgência/emergência) através de informe de cirurgia enviado pela Unidade de Abastecimento e Controle de Estoque.
- 8.4.4.2. O hospital reserva o direito de solicitar a grade completa do produto, se necessário, a fim de garantir a segurança e o sucesso do procedimento.
- 8.4.4.3. Os materiais serão solicitados através de e-mail institucional pela Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoques, local onde os mesmos deverão ser entregues.
- 8.4.4.4. As caixas de materiais e instrumentais que necessitem de esterilização devem ser entregues devidamente identificadas no almoxarifado do hospital com prazo de 24h a 48h antes do procedimento.
- 8.4.4.5. Os materiais e instrumentais que necessitam de esterilização devem ter marcações específicas a fim de se distinguirem de outros.
- 8.4.4.6. O hospital não se responsabilizará por materiais solicitados e/ou entregues em locais não previstos neste Termo de Referência ou a pessoas não autorizadas.
- 8.4.5. O armazenamento dos materiais consignados será realizado pela Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoques. e se dará em local específico e apropriado, que permita a conservação dos mesmos.
- 8.4.6. Os materiais que durante a sua validade ou vida útil, e em condições normais de estocagem, uso ou manuseio, perderem suas características ou deteriorarem-se, deverão ser trocados, no prazo de 10 dias corridos.
- 8.4.7. É de responsabilidade do fornecedor realizar inventários periódicos, controlar as validades e providenciar a logística reversa dos itens vencidos ou na iminência de vencer.
- 8.4.8. Os produtos que possuírem diversos tamanhos, nas especificações contidas neste Termo de Referência, manterão o mesmo valor do preço unitário, sendo que o fornecedor obrigatoriamente, deverá possuir todos os tamanhos apresentados em catálogo, a fim de atender a especificidade do serviço.
- 8.4.9. Após o uso do material consignado, o hospital tem até 10 dias úteis para autorizar o faturamento mediante envio da Nota de Empenho / Ordem de Fornecimento.
- 8.4.10. A Nota Fiscal de Venda deverá ser emitida após envio da Nota de Empenho / Ordem de Fornecimento e deverá ser enviado em até 10 dias corridos para o e-mail: opme.hupes@ebserh.gov.br.
- 8.4.11. Ao fim da vigência do instrumento contratual, consumido todo estoque de insumos e/ou não havendo mais orçamento para realização de pagamento, o fornecedor será notificado para providenciar a logística reversa dos itens consignados e dos equipamentos comodatados em até 30 (trinta) dias corridos.
- 8.4.12. A logística reversa dos produtos consignados é de responsabilidade do fornecedor, sem ônus para o hospital.
- 8.4.13. A retirada dos materiais deverá ser efetuada no almoxarifado do hospital, das 08:00 às 12:00 horas e 13:00 às 16:30 horas, em dias úteis, salvo com solicitação autorizada por pessoa competente.
- 8.4.14. É reservado ao hospital o direito de efetuar a compra dos itens consignados.
- 8.4.15. Demais condições para o fornecimento dos materiais estão previstas neste instrumento de Aviso de Contratação Direta.
- 8.5. A gestão e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da entrega dos materiais, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do RLCE 2.0.
- 8.5.1. Nos termos do art. 161, *caput*, do RLCE 2.0, será designada Equipe de Fiscalização do Contrato - EFC com o objetivo de garantir a observância dos direitos e o cumprimento das obrigações pactuadas, bem como a obediência à legislação pertinente.
- 8.5.2. Nos termos do art. 164, § 6º, do RLCE 2.0, caso haja Ordem de Fornecimento com valor superior a R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), a EFC deverá ser formada com pelo menos três membros titulares, sendo um necessariamente representante da unidade requisitante.
- 8.5.3. A EFC e a empresa a ser contratada utilizarão os seguintes mecanismos de comunicação: reuniões remotas (videochamada/videoconferência) de trabalho, telefones, mensagens eletrônicas (e-mail) e/ou correspondências oficiais, adotando o critério de razoabilidade para definir o meio utilizado e respeitando a formalização devida.
- 8.5.4. A verificação da adequação da entrega dos materiais deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 8.5.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.
- 8.5.6. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no RLCE 2.0.

- 8.5.7. A gestão e fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.
9. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (ART. 35, INCISO VIII, DO RLCE 2.0)**
- 9.1. Os pagamentos serão realizados em conformidade com os materiais efetivamente entregues, até o 20º (vigésimo) dia útil após o recebimento da Nota Fiscal, por intermédio de crédito em conta corrente.
- 9.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 9.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras; nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 9.4. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF e nas demais certidões de regularidade para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação.
- 9.4.1. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa; o prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por solicitação da Contratada, a critério da Contratante.
- 9.4.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 9.4.3. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 9.4.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF e demais certidões de regularidade.
- 9.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 9.6. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime; no entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 9.7. A Ebserh não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- 9.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido
I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

| | |
|-----|-----------|
| I = | (6 / 100) |
| | 365 |

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento
VP = Valor da Parcela em atraso

9.9. **Índice de Medição de Resultados - IMR**

9.9.1. Durante a verificação da conformidade na entrega dos materiais, deverá ser aplicado o seguinte Índice de Medição de Resultados - IMR:

| ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR | |
|---|--|
| INDICADOR Nº 1 - ENTREGA TEMPESTIVA DO MATERIAL | |
| Item | Descrição do item |
| Finalidade | Garantir a entrega do material no prazo pactuado |
| Meta a cumprir | O prazo de entrega do material é fixo de acordo como estipulado no subitem 9.2 deste Termo de Referência. |
| Instrumento de medição | Ordem de Fornecimento / Nota de Empenho |
| | Documento com o registro da entrega do material na unidade contratante |
| Forma de acompanhamento | Pela documentação comprobatória |
| Periodicidade | Entrega única |
| Mecanismo de cálculo | (Dias percorridos) = (Data de entrega do material) - (data de recebimento da Ordem de Fornecimento) * excluído o dia de início da contagem do prazo e incluído o dia do recebimento dos materiais ** ex.: no caso de uma Ordem de Fornecimento enviada e recebida em 01/04/2022, com a entrega dos materiais realizada em 22/04/2022 o cálculo será: (22/04/2022 - 01/04/2022= 21 dias percorridos) *** a quantidade de dias percorridos será comparada com o prazo de entrega estabelecido para a localidade da unidade contratante, de forma a identificar a eventual incidência de dias de atraso na entrega |
| Início da vigência | Data de envio da Nota de Empenho à Contratada |
| Faixas de ajuste no pagamento | a) Cumprido o prazo de entrega do material: 100% do valor da Nota de Empenho b) Atraso de até 10 dias: 99% do valor da Nota de Empenho c) Atraso entre 10 e 20 dias: 97% do valor da Nota de Empenho d) Atraso acima de 20 dias: 95% do valor da Nota de Empenho |
| Sanções | O atraso acima de 10 dias requer a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual, ficando a empresa contratada sujeita à aplicação das sanções listadas neste Termo de Referência. |
| Observações | Eventuais atrasos justificados pela empresa contratada e aceitos pela Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoques (UACE) ou EFC do contrato não serão contabilizados no IMR, ou seja, não serão objeto de ajuste no pagamento para a realização de glosa. |

- 9.10. Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, pela Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoques (UACE), para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo encaminhá-los à unidade demandante para averiguação antes do recebimento definitivo.
- 9.11. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela UACE, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 9.12. Em caso de constatação, a qualquer tempo, de desvios na qualidade, defeitos de fabricação ou alterações da estabilidade, dentro do prazo de validade, que comprometam a integridade do produto, bem como má fé do fornecedor, condições inadequadas de transporte ou em desacordo com as especificações

exigidas, a Contratada fica obrigada a substituir, às suas expensas, o produto defeituoso, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da constatação do vício do produto com a consequente notificação junto ao fornecedor.

9.13. Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.13.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.13.2. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução do objeto, será realizado pela Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoques.

9.13.3. A UACE, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

9.14. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10. **FORMA DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR (ART. 35, INCISO IX, DO RLCE 2.0)**

10.1. O procedimento para a aquisição será conduzido por meio de modalidade de Dispensa de Licitação, na forma de Chamamento Público, nos termos do **Inc. IV do Art. 79 do Regulamento de Licitações e Contratos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – RLCE 2.0**, divulgado no site do Hupus-UFBA/Ebserh na internet conforme preconiza no [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0.

10.2. Os itens objeto da presente contratação direta caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente ofertados no mercado e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado, nos termos do Art. 32, Inc. IV, da Lei nº 13.303/2016.

11. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR (ART. 35, INCISO X, DO RLCE 2.0)**

11.1. **Critério de julgamento:**

11.1.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO UNITÁRIO** para todos os itens, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

11.2. **Condições de participação:**

11.2.1. Para participação nesta Dspensa deverão ser observados:

a) as previsões constantes no art. 69 do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0, que define quais são as condições impeditivas de participar de licitações e de ser contratada pela Ebserh;

b) a Política de Transações com partes relacionadas da Ebserh atualizada que está disponível em <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas>;

c) o atendimento por parte do licitante ao art. 7º, XXXIII da [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#), que prevê "proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos";

d) a participação de interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto deste Aviso de Contratação Direta e que estejam com Credenciamento regular no SICAF, conforme disposto no artigo 9º da [Instrução Normativa nº 03](#), de 2018;

e) o previsto no Art. 4º, inciso VI, do RLCE 2.0:

Art. 4º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela Ebserh:

(...)

VI - observância de políticas de compras sustentáveis, de relacionamento com fornecedores, de integridade, de transação com partes relacionadas, de proteção de dados pessoais e outras políticas aprovadas no âmbito da Ebserh, que guardem pertinência com o objeto da contratação.

11.3. **Condições de habilitação:**

11.3.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, observados os requisitos de habilitação definidos no Art. 65 do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0, bem como os definidos no Aviso de Contratação Direta.

11.3.2. **Qualificação Econômico-Financeira:**

11.3.2.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

11.3.2.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

11.3.2.3. A aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes desta contratação será verificada mediante a obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante / Passivo Circulante

11.3.2.4. No caso de empresa constituída no exercício social vigente ou nos 2 (dois) últimos exercícios sociais, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

11.3.2.5. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social;

11.3.2.6. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de **10% (dez por cento)** do valor da proposta apresentada para o(s) item(ns) pertinente(s).

12. **PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP - COMPROVAÇÃO DE COMPETITIVIDADE**

12.1. Na presente dispensa de licitação para contratação da solução será destinada à **AMPLA CONCORRÊNCIA**, para todos os itens, devido a não ter sido encontrado um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente, conforme Art. 49, inciso II, da [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

12.2. No que tange ao disposto no Art. 48, I e III, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, modificada pela Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011 e mais especificamente no Art. 10 do [Decreto nº 8.538](#), de 6 de outubro de 2015, que trata da exclusividade de participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte para os itens licitados com valor total inferior à R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e da cota de 25% do quantitativo licitado para tais empresas nos itens com valor total superior à R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), assegura-se seu afastamento com fulcro no Art. 10º, Inc. I, do supracitado Decreto nº 8.538/2015, quais sejam:

Art. 10. Não se aplica o disposto nos Art. 6º ao Art. 8º quando:

I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

12.3. E na LC nº 123/2006:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos Arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

(...)

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

12.4. Asseveramos que, apesar da legislação aplicável às empresas estatais não ser a citada nos Arts. 48 e 49 da LC nº 123/2006, os ditames da LC nº 123/2006 são aplicáveis às empresas públicas e sociedades de economia mista vinculadas à União.

13. **ORÇAMENTO ESTIMADO (ART. 35, INCISO XI, DO RLCE 2.0)**

13.1. Os preços referenciais desta contratação são sigilosos, nos termos do art. 7º do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0.

14. **DEFINIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES (ART. 35, INCISO XII, DO RLCE 2.0)**

14.1. **Obrigações da Contratante:**

14.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

14.1.2. Prestar à Contratada, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à entrega dos materiais;

14.1.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

14.1.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Aviso de Contratação Direta e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

14.1.5. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

14.1.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de equipe/empregado especialmente designado;

14.1.7. Aplicar as penalidades por descumprimento do termo de referência;

14.1.8. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Aviso de Contratação Direta;

14.1.9. Permitir o livre acesso de representantes das empresas licitantes vencedoras ou de transportadoras contratadas por aquelas ao local de entrega dos produtos já referidos;

14.1.10. Acompanhar a entrega dos produtos e atestar os documentos das despesas, por meio da Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoques, quando comprovado o fornecimento de forma correta, a quem caberá, também, todos os contatos junto necessários com a(s) licitante(s) vencedora(s);

14.1.11. Comunicar, através da Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoques, à(s) licitante(s) vencedora(s) quaisquer irregularidades no fornecimento dos produtos, para adoção das providências cabíveis;

14.1.12. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução dos contratos decorrentes da licitação em tela, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.2. **Obrigações da Contratada:**

14.2.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

14.2.2. Indicar na Nota Fiscal / Fatura o número do lote correspondente ao produto entregue;

14.2.3. Fornecer os produtos na quantidade solicitada, com **validade de no mínimo 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias**, a contar da data do seu recebimento na Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoques do Hospital Universitário Prof. Edgard Santos, no prazo estabelecido, responsabilizando-se pela substituição dos mesmos na hipótese de se constatar, quando no recebimento, estarem em desacordo com as referidas especificações;

14.2.4. Informar à Administração a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade dos compromissos assumidos;

14.2.5. Substituir, reparar ou corrigir os produtos que se verifiquem incompatíveis com o termo de referência, defeituosos ou com danos em decorrência do transporte, bem como providenciar a **substituição dos mesmos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis**, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, sem ônus para a Administração do HUPES-EBSERH;

14.2.6. Fornecer junto ao objeto, manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

14.2.7. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Termo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a gerência efetuada pelo Hospital Universitário Prof. Edgard Santos – Filial da Ebserh;

14.2.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, atendendo aos dispositivos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes;

14.2.9. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

14.2.10. Comunicar à Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoques, em no máximo 12 (doze) horas após o recebimento da Nota de Empenho, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo de entrega, com a devida comprovação;

14.2.11. Responder por todas as despesas decorrentes de tributos de qualquer natureza, bem como encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais necessários à completa execução das obrigações constantes deste Termo de Referência;

14.2.12. Obter todo e qualquer tipo de licença junto aos Órgãos Fiscalizadores para o perfeito fornecimento dos produtos sem ônus adicionais para o HUPES/EBSERH;

14.2.13. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Aviso de Contratação Direta;

14.2.14. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

14.2.15. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

14.2.16. Cumprir todas as normas citadas neste Termo e outras que vierem a substituí-las;

14.2.17. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante.

14.3. A CONTRATADA se compromete, em relação à Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

14.3.1. Adotar medidas para adequação de suas operações ao cumprimento das legislações de proteção de dados pessoais aplicáveis e das orientações emanadas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), bem como seguir as instruções fornecidas pela Ebserh, inclusive as fixadas na sua Política de Proteção de Dados Pessoais e demais normas e orientações da Ebserh;

14.3.2. Assegurar que esse tratamento será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);

14.3.3. Manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizar;

14.3.4. Adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;

14.3.5. Orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos de qualquer natureza sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;

14.3.6. Apresentar todos os dados e as informações solicitados pela Contratante em relação ao tratamento de dados pessoais e/ou adotar as providências indicadas;

14.3.7. Permitir e contribuir, sempre que necessário, para a realização de auditorias e inspeções relativas à proteção de dados pessoais, realizadas pela Contratante ou por ela designadas;

14.3.8. Não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da Contratante e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;

14.3.9. Comunicar à Contratante, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no §1º do Art. 48 da LGPD;

14.3.10. Reparar os danos patrimonial, moral, individual e/ou coletivo causados a outrem pelo tratamento de dados pessoais, quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados, quando não tiver seguido as instruções lícitas da Contratante e/ou quando não adotar as medidas de segurança previstas no Art. 46 da LGPD;

14.3.11. Encerrado o tratamento de dados pessoais pelas partes, nos termos do Art. 15 da LGPD, eliminá-los, salvo nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

15. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 35, INCISO XIII, DO RLCE 2.0)**

15.1. Comete infração administrativa a Contratada que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; e
- e) cometer fraude fiscal.

15.2. Em caso de infração administrativa, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções, nos termos do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0:

15.2.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

15.2.1.1. Advertência, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;

15.2.1.2. Multa:

- a) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, data a partir da qual o atraso será configurado como inexecução total do objeto;
- b) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- c) em caso de outras hipóteses de inexecução parcial, poderá ser aplicada multa compensatória de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, respeitados critérios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando os impactos da obrigação inadimplida.

15.2.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação ou contratações diretas e impedimento de contratar com a Rede Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos, caso o fornecedor:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ou contratação direta;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- f) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- g) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação ou contratação direta;
- h) não manter a proposta;
- i) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

15.2.2. As sanções previstas nos subitens 14.2.1.1. e 14.2.1.3. poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa.

15.2.3. Eventuais multas aplicadas podem ser descontadas de pagamentos a serem efetuados ou compensados em eventuais créditos disponíveis em outros contratos firmados pela Contratada, bem como da garantia contratual, se exigida.

15.2.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no RLCE 2.0.

15.2.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.2.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. **GARANTIA DO PRODUTO OU SERVIÇO (ART. 35, INCISO XIV, DO RLCE 2.0)**

16.1. Garantia da qualidade ou prazo de validade do objeto deve guardar conformidade com aquele ofertado pela contratada na proposta, se for o caso, não podendo ser inferior a 12 meses.

17. **GARANTIA DE EXECUÇÃO (DO CONTRATO) SE EXIGIDA (ART. 35, INCISO XV, DO RLCE 2.0)**

17.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução em razão do caráter de pronta entrega e pagamento da contratação em tela.

18. **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA (ART. 35, INCISO XVI, DO RLCE 2.0)**

18.1. O produto a ser fornecido deverá atender, quando aplicável, aos critérios de Sustentabilidade Ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG), bem como o que consta no Art. 3º, II e VI que é complementado pelo Art. 4º, 5º e 202 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

18.2. Em atendimento ao inciso XI do Art. 7º da [Lei nº 12.305/2010](#) deve ser dada prioridade aos produtos reciclados e recicláveis, sempre que possível e no que couber, bem como devem ser utilizados critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

18.3. A comprovação dos critérios de sustentabilidade exigidos nas contratações dar-se-á, no que couber, por intermédio de:

- 18.3.1. Inscrição nos rótulos ou nas embalagens;
- 18.3.2. Informações disponíveis no site do fabricante ou dos órgãos competentes;
- 18.3.3. Apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou credenciada;

- 18.3.4. Observância de normas do INMETRO, através de requisitos ambientais exigidos para a certificação ou de laudos de laboratórios acreditados pelo referido Instituto, no caso de produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 18.3.5. Atendimento às normas da ABNT nos seguintes casos: de materiais utilizados, com o objetivo de aferir e garantir a aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança; de descarte e destinação de resíduos sólidos;
- 18.3.6. Qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido, o fabricante/distribuidor/fornecedor cumpre com as exigências do Aviso de Contratação Direta, como declarações, certificados, registros, credenciamentos e outros.
19. **CRITÉRIOS E ÍNDICES DE REAJUSTES (ART. 35, INCISO XVII, DO RLCE 2.0)**
- 19.1. Os preços são fixos e irredutíveis.
20. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 35, INCISO XVIII, DO RLCE 2.0)**
- 20.1. As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento Geral da União para o exercício de 2024.
21. **SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIOS (ART. 35, INCISO XIX, DO RLCE 2.0)**
- 21.1. **Subcontratação:**
- 21.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto da contratação.
- 21.2. **Consórcios:**
- 21.2.1. Não poderão participar da dispensa de licitação:
- I - As **empresas reunidas em consórcio**, uma vez que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, em que empresas, de forma isolada, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do Aviso de Contratação Direta, o que não se verifica no presente caso;
- II - A **Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição**, em razão do Acórdão TCU 746/2014 – Plenário, que firma entendimento no sentido de que é vedado às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição, participarem de processos licitatórios promovidos pela Administração Pública Federal.
22. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA (ART. 35, INCISO XX, DO RLCE 2.0)**
- 22.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no Aviso de Contratação Direta original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da contratação.
23. **MATRIZ DE RISCOS SE FOR O CASO (ART. 35, INCISO XXI, DO RLCE 2.0)**
- 23.1. A presente contratação não prevê Matriz de Riscos.
24. **DA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**
- 24.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação no encerramento da fase de preparação do procedimento de contratação direta, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH - RLCE 2.0.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

(assinado eletronicamente)

Flávia Souza de França

Assistente Administrativa

Membro da EPC

(assinado eletronicamente)

Bianca Emannelle da Silva Lima

Chefe da Unidade de Planejamento e Dimensionamento de Estoques

Coordenadora da EPC

24.2. Aprovo o Termo de Referência, pelos seus próprios fundamentos e devido à essencialidade da solução e relevante interesse público, nos termos do Art. 14, Inc. II do Decreto nº 10.024/2019 e do Art. 37, Inc. II do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH - RLCE 2.0, e de acordo com as competências que me são atribuídas autorizo a abertura do instrumento convocatório.

24.3. Encaminhe-se à Unidade de Compras e Licitações para continuidade dos trâmites.

De acordo:

(assinado eletronicamente)

Rodrigo Machado Santos

Gerente Administrativo HUPES-UFBA/EBSERH



Documento assinado eletronicamente por **Bianca Emannelle da Silva Lima, Chefe de Unidade**, em 01/05/2024, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Machado Santos, Gerente**, em 02/05/2024, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flávia Souza de Franca, Assistente Administrativo**, em 07/05/2024, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **38671184** e o código CRC **28E384BB**.

Referência: Processo nº 23534.001080/2024-73 SEI nº 38671184